

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

*Apresentação das Informações Trimestrais
em 30 de Setembro de 2011 e Relatório sobre
a Revisão de Informações Trimestrais dos
Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das informações intermediárias, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis às Informações Trimestrais - ITR.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e período de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 25 de fevereiro de 2011 e relatório de revisão especial datado em 12 de maio de 2011, respectivamente, que não contiveram qualquer modificação.

Rio de Janeiro, 7 de novembro de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8-“F” RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 65.976/O-4

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

PERÍODO LEVANTADO EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>Em 30 de setembro de 2011</u>	<u>Em 31 de dezembro de 2010</u>
<u>ATIVO</u>			
<u>CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	72.241	6.192
Títulos e valores mobiliários	4	-	136.146
Contas a receber	5	126.549	122.136
Estoques		11.838	5.630
Tributos a recuperar	6	21.169	26.157
Adiantamento a fornecedores		9.577	7.275
Outros ativos		<u>4.074</u>	<u>4.379</u>
		<u>245.448</u>	<u>307.915</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Contas a receber	5	3.173	3.781
Tributos a recuperar	6	28.480	3.943
Tributos diferidos	14	21.968	8.057
Depósitos judiciais	15	<u>7.802</u>	<u>7.328</u>
		<u>61.423</u>	<u>23.109</u>
Investimentos	7	87.965	
Imobilizado	8	788.600	551.174
Intangível	9	<u>44.680</u>	<u>41.895</u>
		<u>921.245</u>	<u>593.069</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>1.228.116</u>	<u>924.093</u>

(continua)

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

PERÍODO LEVANTADO EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de reais)

	Nota	Em 30 de setembro de 2011	Em 31 de dezembro de 2010
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores		12.138	32.743
Empréstimos e financiamentos	10	41.022	46.698
Debêntures	11	15.802	-
Salários e encargos sociais		33.311	21.264
Programa de recuperação fiscal (REFIS)		713	717
Tributos a pagar		9.851	4.357
Participação nos lucros a pagar		4.695	17.504
Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio	18	18.879	28.112
Instrumentos financeiros derivativos	22	4.999	7.003
Outros passivos		<u>5.092</u>	<u>2.392</u>
		146.502	160.790
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	10	77.143	85.925
Debêntures	11	268.310	-
Programa de recuperação fiscal (REFIS)		10.394	10.041
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	15	12.678	11.139
Tributos diferidos	14	9.430	-
Outros passivos		<u>602</u>	<u>1.046</u>
		<u>378.557</u>	<u>108.151</u>
Total do passivo		<u>525.059</u>	<u>268.941</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital	16	526.797	525.123
Reservas de lucros	16	144.062	145.202
Reservas de capital	16	(6.502)	(8.170)
Ajuste de avaliação patrimonial	16	(3.072)	(7.003)
Lucros acumulados	16	41.772	-
Total do patrimônio		<u>703.057</u>	<u>655.152</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.228.116</u>	<u>924.093</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS PERÍODOS LEVANTADOS EM 30 DE SETEMBRO 2011 E 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Em 30 de	Em 30 de	Em 30 de	Em 30 de
		setembro de 2011	setembro de 2011	setembro de 2010	setembro de 2010
	Nota	(trimestre)	(nove meses)	(trimestre)	(nove meses)
Receita líquida de vendas e serviços	19	175.059	484.044	148.881	395.667
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	20	(92.263)	(244.786)	(70.489)	(178.318)
LUCRO BRUTO		82.796	239.258	78.392	217.349
Despesas gerais e administrativas	20	(52.071)	(130.962)	(35.455)	(100.704)
LUCRO OPERACIONAL		<u>30.725</u>	<u>108.296</u>	<u>42.937</u>	<u>116.645</u>
Receitas financeiras	21	4.619	12.043	7.090	13.854
Despesas financeiras	21	<u>(16.584)</u>	<u>(34.016)</u>	<u>(7.180)</u>	<u>(19.955)</u>
DESPESAS FINANCEIRAS, LÍQUIDAS	21	<u>(11.965)</u>	<u>(21.973)</u>	<u>(90)</u>	<u>(6.101)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		18.760	86.323	42.847	110.544
Imposto de renda e contribuição social	14	<u>(883)</u>	<u>(23.691)</u>	<u>(14.392)</u>	<u>(37.322)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>17.877</u>	<u>62.632</u>	<u>28.455</u>	<u>73.222</u>
Lucro básico por ação - R\$	18(a)	<u>0,14</u>	<u>0,50</u>	<u>0,23</u>	<u>0,59</u>
Lucro diluído por ação - R\$	18(b)	<u>0,13</u>	<u>0,49</u>	<u>0,22</u>	<u>0,58</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS PERÍODOS LEVANTADOS EM 30 DE SETEMBRO 2011 E 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Em 30 de setembro de 2011		Em 30 de setembro de 2010	
	<u>(Trimestre)</u>	<u>(nove meses)</u>	<u>(Trimestre)</u>	<u>(nove meses)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	17.877	62.632	28.455	73.222
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE				
Hedge de fluxos de caixa	<u>7.612</u>	<u>3.931</u>	<u>(3.671)</u>	<u>(4.179)</u>
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>25.489</u>	<u>66.563</u>	<u>24.784</u>	<u>69.043</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O PERÍODO LEVANTADO EM 30 DE SETEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais)

	<u>Capital</u>		<u>Reserva de capital</u>	<u>Reservas de lucros</u>			<u>Ajuste avaliação patrimonial</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
	<u>Subscrito</u>	<u>A integralizar</u>		<u>Legal</u>	<u>Para investimento</u>	<u>Especial</u>			
EM 1º DE JANEIRO DE 2010	81.003	(322)	5.728	3.419	77.444	5.369	-	-	172.641
Integralização de capital	-	322	-	-	-	-	-	-	322
Aumento de capital - Capitalização reserva de expansão	16.201	-	-	-	(16.201)	-	-	-	-
Aumento de capital - emissão de ações	408.939	-	-	-	-	-	-	-	408.939
Aumento de capital - emissão de ações -Exterior	17.310	-	-	-	-	-	-	-	17.310
Custo com emissão de ações	-	-	(14.659)	-	-	-	-	-	(14.659)
Premio de opções de ações -	-	-	842	-	-	-	-	-	842
Resultado abrangente do período - Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	(4.179)	-	(4.179)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	<u>73.222</u>	<u>73.222</u>
EM 30 DE SETEMBRO DE 2010	<u>523.453</u>	<u>-</u>	<u>(8.089)</u>	<u>3.419</u>	<u>61.243</u>	<u>5.369</u>	<u>(4.179)</u>	<u>73.222</u>	<u>654.438</u>

(continua)

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PERÍODO LEVANTADO EM 30 DE SETEMBRO DE 2011
(Em milhares de reais)

	Capital social subscrito	Reserva de capital	Reservas de lucros				Ajuste avaliação patrimonial	Lucros acumulados
			Legal	Para investimento	De retenção	Especial		
EM 1º DE JANEIRO DE 2011	525.123	(8.170)	8.583	61.243	71.527	3.849	(7.003)	-
Integralização de capital - emissão de ações	1.674	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	(535)	-	-
Cancelamento de ações em tesouraria	-	(535)	-	-	-	535	-	-
Premio de opções de ações	-	2.203	-	-	-	-	-	-
Realização de reserva especial - amortização fiscal do ágio incorporado da Itapoã	-	-	-	-	-	(1.140)	-	1.140
Resultado abrangente do período - hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	3.931	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	62.632
Juros sobre capital próprio propostos (R\$0,17 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	22.000
EM 30 DE SETEMBRO DE 2011	<u>526.797</u>	<u>(6.502)</u>	<u>8.583</u>	<u>61.243</u>	<u>71.527</u>	<u>2.709</u>	<u>(3.072)</u>	<u>85.772</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PERÍODOS LEVANTADOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)

	Em 30 de setembro de 2011	Em 30 de setembro de 2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do IR e CS	<u>86.323</u>	<u>110.544</u>
Ajustes:		
Depreciação e amortização	53.415	32.505
Provisão para contingências	1.539	550
Provisão para despesa com opções de ações	2.203	259
Participação de lucros a pagar	4.695	10.948
Valor residual (lucro) na venda dos ativos imobilizado e intangível	4.561	-
Ganho na alienação dos ativos imobilizados e intangíveis	-	(10.018)
Rendimento de Títulos e Valores Mobiliários	-	(12.806)
Juros, variação monetária e variação cambial sobre empréstimos, debêntures, contingências e depósitos judiciais	29.021	16.150
Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)	349	(1.305)
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber	(3.806)	(35.193)
Estoques	(6.208)	(2.562)
Tributos a recuperar	(10.265)	6.454
Depósitos judiciais	(474)	(401)
Outros ativos	(1.998)	(7.368)
Fornecedores	(4.885)	16.893
Salários e encargos sociais	12.047	11.434
Tributos a pagar	2.373	(492)
Outros passivos	4.183	2.078
Caixa proveniente das operações:		
Juros pagos	(9.939)	(13.753)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(17.655)	(23.276)
Participação nos lucros pagos	(17.504)	(13.824)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>127.975</u>	<u>86.817</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:		
Títulos e valores mobiliários	136.146	(179.337)
Aquisições de investimentos	(93.465)	-
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível (*)	(328.205)	(268.501)
Receita de venda de ativo imobilizado e intangível	-	11.494
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(285.524)</u>	<u>(436.344)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:		
Compra de ações em tesouraria	(535)	-
Aportes de capital	1.674	426.571
Custo com emissões de ações	-	(14.659)
Dividendos e JCP pagos	(28.112)	(15.527)
Amortização de empréstimos	(78.290)	(88.781)
Ingressos de empréstimos/debêntures	<u>328.861</u>	<u>45.135</u>
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades de financiamentos	<u>223.598</u>	<u>352.739</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	66.049	3.212
Caixa e equivalentes de caixa no início do período (Nota 3)	<u>6.192</u>	<u>1.575</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período (Nota 3)	<u>72.241</u>	<u>4.787</u>

(*) No total de aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível estão sendo considerados os créditos de PIS e Cofins.

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PERÍODO LEVANTADO EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	561.715	456.244
Cancelamentos e descontos	(32.511)	(21.158)
Outras receitas (venda de ativos)	532	71
Provisão para créditos de liquidação duvidosa -	<u>(11.578)</u>	<u>(693)</u>
	<u>518.158</u>	<u>434.464</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(12.588)	(15.217)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(86.639)	(63.955)
Baixa de ativos	(3.836)	(1.107)
Outros	<u>(393)</u>	<u>(1.339)</u>
	<u>(103.456)</u>	<u>(81.618)</u>
Valor adicionado bruto	414.702	352.846
Depreciação, amortização e exaustão	<u>(53.416)</u>	<u>(32.505)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>361.286</u>	<u>320.341</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	<u>12.043</u>	<u>13.854</u>
	<u>12.043</u>	<u>13.854</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>373.329</u>	<u>334.195</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	162.658	130.445
Remuneração direta	126.892	102.026
Benefícios	27.606	22.256
FGTS	8.160	6.163
Impostos, taxas e contribuições	99.804	97.172
Federais	90.121	87.713
Estaduais	2.514	2.602
Municipais	7.169	6.857
Remuneração sobre o capital de terceiros	48.235	33.356
Juros e variações cambiais	34.165	20.250
Aluguéis	14.070	13.106
Remuneração de capitais próprios	62.632	73.222
Juros sobre o capital próprio	22.000	-
Lucros retidos	<u>40.632</u>	<u>73.222</u>
	-	-
Valor adicionado distribuído	<u>373.329</u>	<u>334.195</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS EM 30 SETEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Mills" ou "Companhia"), uma sociedade anônima de capital aberto está sediada na cidade do Rio de Janeiro - Brasil. A Companhia atua basicamente nos mercados de construção civil e manutenção industrial, desempenhando as seguintes atividades principais:

- (a) Aluguel e vendas, inclusive exportação, de estruturas para construção civil em aço e alumínio, bem como formas de concretagem reutilizáveis, com fornecimento dos projetos de engenharia relacionados, supervisão e opção de montagem.
- (b) Aluguel, montagem e desmontagem de andaimes de acesso em áreas industriais.
- (c) Prestação de serviços de pintura industrial, jateamento, isolamento térmico, caldeiraria e refratários, bem como os demais serviços inerentes a tais atividades.
- (d) Comércio, locação e distribuição de plataformas aéreas de trabalho e manipuladores telescópios, bem como suas peças e componentes, e assistência técnica e manutenção destes equipamentos.

As informações contábeis intermediárias contidas nas Informações Trimestrais – ITR foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria da Companhia em 4 Novembro de 2011.

1.1. Aquisição controle GP Sul

Em 27 de maio de 2011 a Mills adquiriu 100% do capital social votante e total da GP Andaimés Sul Locadora Ltda. ("GP Sul") por R\$5.500. A GP Sul, constituída em 2009 é uma sociedade limitada, que está localizada em Porto Alegre e que têm por objeto social, a locação de andaimes suspensos mecânicos, andaimes suspensos motorizados e andaimes tubulares.

A aquisição da GP Sul foi registrada de acordo com o CPC 15 (IFRS 3R) considerando o valor justo dos ativos e passivos identificáveis.

Em 30 de setembro de 2011 a avaliação de mercado foi concluída por empresa especializada sendo os ativos líquidos adquiridos na data da combinação de negócios como segue:

	Valor justo reconhecido na aquisição
	<u>R\$ mil</u>
Ativos circulantes	
Caixa e equivalentes de caixa	34
Contas a receber de clientes e outras	245
Ativos não circulantes	
Imobilizado	3.312
Passivos circulantes	
Contas a pagar a fornecedores e outras	<u>68</u>
Total dos ativos identificáveis líquidos	3.523
Contrapartida transferida	<u>5.500</u>
Ágio apurado (<i>goodwill</i>)	<u>1.977</u>

O ágio apurado está registrado em decorrência de expectativa de rentabilidade futura, não sendo amortizado e sujeito a teste anual de recuperabilidade.

1.2. Incorporação GP Sul

Em 1º de agosto de 2011, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da GP Sul pela Mills, com a absorção do patrimônio líquido da GP Sul pela Mills e consequente extinção da GP Sul. A avaliação do patrimônio líquido e acervo líquido foram realizadas com base nos valores patrimoniais na data base de 31 de maio de 2011. Segue abaixo balanço patrimonial incorporado.

<u>ATIVO</u>	1.003
CIRCULANTE	337
Caixa e equivalente de caixa	337
NÃO CIRCULANTE	666
Contas a receber	119
Imobilizado	547
<u>PASSIVO</u>	1.003
CIRCULANTE	97
Fornecedores	28
Obrigações tributárias	42
Salários e encargos	27
PATRIMONIO LÍQUIDO	906
Capital social	100
Resultado	806

As variações patrimoniais ocorridas entre 31 de maio de 2011 e 31 de julho de 2011 foram contabilizadas na Mills.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.1. Base de apresentação

As informações trimestrais da Companhia compreendem as demonstrações financeiras intermediárias e foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21, que trata das demonstrações financeiras intermediárias, e de acordo com o *International Accounting Standards* – (IAS) n.º 34.

Estas informações trimestrais intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas demonstrações financeiras anuais e, portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Mills, de 31 de dezembro de 2010, cujas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com os Normas Internacionais de Demonstrações Financeiras (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Boards* – IASB.

Em atendimento ao Ofício Circular CVM n.º 003/2011, de 28 de abril de 2011, a seguir apresentamos as notas explicativas incluídas nas demonstrações financeiras anuais mais recentes (exercício findo em 31 de dezembro de 2010), as quais, tendo em vista a ausência de alterações relevantes neste trimestre, não estão sendo incluídas de forma completa nestas informações trimestrais:

Notas explicativas não incluídas no período findo em 30 de setembro de 2011	Localização da nota completa na demonstração anual do exercício de 2010
Gestão de risco financeiros	Nota explicativa n.º 5
Programa de recuperação fiscal (Refis)	Nota explicativa n.º 12

2.2. Base de elaboração

As mesmas práticas contábeis, métodos de cálculo, julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas foram seguidos nestas informações trimestrais tais como foram aplicadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, exceto pelas descritas abaixo.

a) Instrumentos financeiros não derivativos.

a.1) Debêntures

As debêntures estão apresentadas pelo custo amortizado acrescidos de juros incorridos até a data de encerramento do período.

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de debêntures, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

a.2) Capital social

Recompra de ações (ações em tesouraria)

As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando da venda ou reemissão subsequente, o valor recebido é reconhecido como aumento no patrimônio líquido, e o excedente ou déficit resultantes são transferidos para ou dos lucros acumulados.

b) Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pela Companhia, dos passivos incorridos pela Companhia na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, exceto por:

- Ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios com empregados são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12 - Impostos sobre a Renda e IAS 19 - Benefícios aos Empregados (equivalentes aos CPC 32 e CPC 33), respectivamente;
- Passivos ou instrumentos de patrimônio relacionados a acordos de pagamento baseado em ações da adquirida ou acordos de pagamento baseado em ações de Grupo celebrados em substituição aos acordos de pagamento baseado em ações da adquirida são mensurados de acordo com a IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações (equivalentes ao CPC 10) na data de aquisição; e
- Ativos (ou grupos para alienação) classificados como mantidos para venda conforme a IFRS 5 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas (equivalente ao CPC 31) são mensurados conforme essa Norma.

O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos e os passivos assumidos. Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada unidade geradora de caixa da Companhia, que se espera seja beneficiada pela sinergia da combinação, independente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essa unidade.

2.3. Novas normas IFRS, alterações às normas IFRS existentes e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretações das Informações Financeiras do IASB)

Alguns novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para os períodos anuais a serem encerrados a partir de 01.01.2011. As emitidas em períodos anteriores estão mencionadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31.12.2010 e não foram repetidas nestas informações trimestrais por terem sido mantidas as mesmas avaliações quanto à sua aplicação. Não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

As principais normas e interpretações emitidas no ano de 2011 que seriam aplicáveis a Companhia estão descritas a seguir:

IAS 27 – Demonstrações Contábeis Separadas (Separate Financial Statements)

Em maio de 2011 o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 27 removendo os requerimentos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas, os quais foram substituídos pelo pronunciamento IFRS 10 “Demonstrações Contábeis Consolidadas” (Consolidated Financial Statements). Ao mesmo tempo, o IASB realocou para o IAS 27 requerimentos das normas IAS 28 “Investimentos em Coligadas” (Investments in Associates) e IAS 31 “Participações em Empreendimentos com Controle Compartilhado” (Interests in Joint Ventures) no que diz respeito às demonstrações contábeis separadas.

As alterações do IAS 27 são efetivas para períodos anuais que se iniciarem em/após 01.01.2013. A Companhia está avaliando os eventuais efeitos oriundos da aplicação das alterações da referida norma.

IFRS 10 – Demonstrações Contábeis Consolidadas (Consolidated Financial Statements)

Em maio de 2011 o IASB emitiu a norma IFRS 10, a qual substitui a norma IAS 27 e a interpretação SIC 12 “Consolidação de Entidades de Propósito Específico” (Consolidation Special Purpose Entities) quanto aos requerimentos aplicáveis às demonstrações contábeis consolidadas.

O IFRS 10 define “controle” através de um modelo único de consolidação para todos os tipos de entidades, constatando que um investidor pode exercer poder sobre uma investida de várias maneiras, não apenas através da gerência das políticas financeiras e operacionais. Embora a exposição aos riscos e benefícios seja um indicador de controle, o mesmo não é a razão isolada para a consolidação de qualquer tipo de entidade.

Esta norma é efetiva para períodos anuais que se iniciarem em/após 01.01.2013. A Companhia está avaliando os eventuais efeitos oriundos da aplicação da referido pronunciamento e eventuais diferenças em relação ao IAS 27.

IFRS 13 – Mensuração a Valor Justo (Fair Value Measurement)

Em maio de 2011 o IASB emitiu a norma IFRS 13 com o intuito de estabelecer um conjunto único de requerimentos para as mensurações a valor justo requeridas ou permitidas pelas normas IFRS, reduzindo a complexidade, aperfeiçoando a consistência em sua aplicação e, com isso, aprimorando a comparabilidade das informações apresentadas nas demonstrações contábeis.

O IFRS 13 não altera, portanto, os requerimentos originais das normas IFRS, apenas esclarece a definição de valor justo, orienta como determinar o valor justo e aprimora as divulgações sobre mensurações a valor justo.

Este pronunciamento é efetivo para períodos anuais que se iniciarem em/após 01.01.2013. A Companhia entende que as alterações da referida norma não impactarão suas Demonstrações Contábeis.

IAS 1 – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes (Presentation of Items of Other Comprehensive Income)

Em setembro de 2011 o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 1 requerendo a segregação em outros resultados abrangentes dos itens que são e que não são potencialmente reclassificáveis para lucros ou perdas quando determinadas condições forem cumpridas.

As alterações do IAS 1 são efetivas para períodos anuais que se iniciarem em/após 01.01.2013. A Companhia entende que as alterações da referida norma não impactarão suas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos técnicos e alterações correlacionadas às novas normas IFRS, alterações às normas IFRS existentes e interpretações do IFRIC acima descritas. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações realizadas pelo IASB (International Accounting Standards Board), é esperado que esses pronunciamentos e alterações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	30 de setembro de 2011	30 de dezembro de 2010
Caixa	364	275
Bancos	<u>71.877</u>	<u>5.917</u>
	<u>72.241</u>	<u>6.192</u>

O saldo registrado em bancos refere-se aos recursos remanescentes derivados da emissão das debêntures.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2010 referiam-se, basicamente, a operações compromissadas junto aos Bancos Santander e Votorantim e eram derivadas das captações efetuadas quando da abertura do capital (IPO). O saldo da conta foi totalmente utilizado no período com aquisição do investimento na Rohr e outros investimentos da Companhia.

5. CONTAS A RECEBER

	30 de setembro de 2011	30 de dezembro de 2010
Divisão construção	39.755	47.960
Divisão Jahu	24.775	19.143
Divisão manutenção e montagem	52.621	45.550
Divisão aluguel (Mills Rental)	28.227	16.616
Eventos (**)	<u>5.715</u>	<u>6.563</u>
	<u>151.093</u>	<u>135.832</u>
Provisão para devedores duvidosos (*)	<u>(20.899)</u>	<u>(9.293)</u>
	<u>130.194</u>	<u>126.539</u>
Ajuste valor presente	<u>(472)</u>	<u>(622)</u>
	<u>129.722</u>	<u>125.917</u>
Circulante	<u>126.549</u>	<u>122.136</u>
Não circulante	<u>3.173</u>	<u>3.781</u>

A Companhia não possui concentração de cliente em sua receita e contas a receber, não possuindo nenhum cliente ou grupo econômico que represente 10% ou mais de seu contas a receber em nenhum de seus segmentos.

(*) A provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber é calculada com base no montante considerado suficiente para cobertura de potenciais perdas na realização dos créditos a receber, considerando uma análise individual dos clientes.

O aumento no montante desta provisão em 2011 refere-se principalmente ao provisionamento do saldo a receber de dois clientes específicos que durante o exercício de 2011 apresentaram dificuldades em cumprir com suas obrigações. Conforme avaliação e histórico esses saldos estão em negociação e uma parcela poderá ser recuperada.

(**) Valor a receber pela venda do imobilizado da divisão eventos que foi descontinuada em 2008.

A composição dos valores de contas a receber por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

	<u>30 de setembro de 2011</u>
A vencer	96.197
A vencer (títulos com vencimentos originais prorrogados)	9.536
Vencidos de 1 a 60 dias	25.046
Vencidos de 61 a 120 dias	7.346
Vencidos acima de 120 dias	<u>12.968</u>
Total	<u>151.093</u>

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
PIS e COFINS a compensar (*)	43.208	18.747
IRPJ e CSLL a compensar	2.904	6.647
ICMS a compensar	1.055	934
Outros	<u>2.482</u>	<u>3.772</u>
	<u>49.649</u>	<u>30.100</u>
Circulante	<u>21.169</u>	<u>26.157</u>
Não circulante	<u>28.480</u>	<u>3.943</u>

(*) Os créditos de PIS e COFINS referem-se, basicamente, aos montantes recuperáveis sobre aquisições de ativo imobilizado e os mesmos serão compensados com as obrigações tributárias federais de PIS e COFINS não cumulativos e a expectativa é que sejam realizados até 2015.

Desde dezembro de 2009 a Companhia utilizava na apuração e pagamento do PIS/COFINS os créditos decorrentes da aquisição de ativo imobilizado para locação à razão de 1/12 avos. Devido a interpretações diversas do artigo 1º da Lei 11.774/08 no que tange a possibilidade do aproveitamento acelerado dos referidos créditos para a atividade de locação de bens móveis, a Companhia decidiu formular consulta à Receita Federal do Brasil a fim de certificar-se do procedimento até então adotado. A resposta obtida no mês de julho de 2011 dispõe que a atividade de locação não estava inserida no contexto descrito em tal dispositivo legal e, desta forma a Companhia não faria jus ao aproveitamento do crédito a razão de 1/12 avos. Diante deste fato, a Companhia prontamente modificou a metodologia de cálculo dos créditos de PIS e COFINS de 1/12 avos para 1/48 avos e, efetuou o recolhimento dos tributos, teoricamente postecipados, no total de R\$25.548 com todos os encargos devidos. Tal pagamento foi registrado em contrapartida a conta de tributos a recuperar a fim de ser utilizado futuramente a razão de 1/48 avos. A Companhia por não concordar com a interpretação da Receita Federal impetrou mandado de segurança a fim de continuar a utilizar os créditos a razão de 1/12 avos.

7. INVESTIMENTO

a) Investimento em sociedade não controlada

Em 8 de fevereiro de 2011 a Companhia adquiriu 25% do capital social da Rohr S.A Estruturas Tubulares (“Rohr”), por R\$90.000. A Rohr é uma empresa privada especializada em engenharia de acesso e no fornecimento de soluções para construção civil, que atua, principalmente, nos setores de construção pesada e manutenção industrial.

A Companhia avaliou a sua influência sobre a administração da Rohr e concluiu que apesar de deter 25% do capital da investida, tal investimento deve ser registrado pelo custo de aquisição pelos seguintes fatos: a Mills não tem poder de participar na elaboração e nas decisões sobre políticas financeiras, operacionais e estratégicas da Rohr, não controlando de forma individual ou conjunta essas políticas e não possuindo representatividade na Administração da investida. Adicionalmente, não existe acordo de acionistas que possa conferir a Mills o direito de ter influência na Administração da investida. Com base nesses fatores, a Companhia concluiu que não possui influência significativa na investida e manterá o investimento registrado pelo custo de aquisição.

Em maio de 2011, a Companhia recebeu R\$2.035 (líquido de Impostos) de Juros sobre Capital Próprio e dividendos relativo ao investimento na Rohr. Tal valor foi registrado reduzindo o valor do investimento por se tratar de valores recebidos logo após a aquisição das ações da investida.

8. IMOBILIZADO

	Equipamento de locação e uso operacional	Leasing	Equipamentos de locação a imobilizar	Total equipamentos de locação	Benfeitorias propriedade de terceiros	Edifícios e terrenos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Total bens uso próprio	Total do imobilizado
Custo do imobilizado bruto													
Saldos em 31 de dezembro de 2010	531.326	100.882	57.695	689.903	6.910	8.433	6.840	897	1.089	4.672	5.470	34.311	724.214
Aquisição	167.648	-	131.112	298.760	2.511	1.856	1.539	184	79	1.225	5.504	12.898	311.658
Incorporação GP SUL	2.751	-	-	2.751	-	-	(2)	-	-	6	-	4	2.755
Alienação	(12.872)	(1.062)	-	(13.934)	-	-	(5)	(147)	-	-	-	(152)	(14.086)
Ajuste para crédito Pis e Cofins	(19.798)	-	-	(19.798)	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.798)
Transferências	124.337	-	(124.339)	(2)	2	758	(2)	-	-	2	(758)	2	-
Saldos em 30 de setembro de 2011	793.392	99.820	64.468	957.680	9.423	11.047	8.370	934	1.168	5.905	10.216	47.063	1.004.743
Depreciação acumulada													
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(139.418)	(23.560)	-	(162.978)	(1.818)	(774)	(4.034)	(291)	(501)	(2.644)	-	(10.062)	(173.040)
Depreciação	(43.739)	(7.406)	-	(51.145)	(577)	(78)	(700)	(140)	(49)	(238)	-	(1.782)	(52.927)
Alienação	9.293	416	-	9.709	-	-	2	113	-	-	-	115	9.824
Saldos em 30 de setembro de 2011	(173.864)	(30.550)	-	(204.414)	(2.395)	(852)	(4.732)	(318)	(550)	(2.882)	-	(11.729)	(216.143)
Taxas anuais de depreciações - %	10	10	-	-	10	4	20	20	10	10	-	-	-
Resumo imobilizado líquido													
Saldo em 31 de dezembro de 2010	391.908	77.322	57.695	526.925	5.092	7.659	2.806	606	588	2.028	5.470	24.249	551.174
Saldo em 30 de setembro de 2011	619.528	69.270	64.468	753.266	7.028	10.195	3.638	616	618	3.023	10.216	35.334	788.600

Os equipamentos de locação podem ser resumidos como: andaimes de acesso (Tubos Mills e Elite), formas (Formas Noe e Aluma), escoramentos (MillsTour e Aluma), plataformas aéreas (JLG e Genie) e manipuladores telescópicos.

A depreciação do período, alocada ao custo de produção e de serviços prestados e às despesas gerais administrativas, monta em 30 de setembro de 2011 a R\$51.145 e R\$1.782 (30 de setembro de 2010 R\$30.995 e R\$1.151), respectivamente.

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de empréstimos e financiamentos (Nota 10).

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira.

Revisão da vida útil estimada

Para fins dessa análise, a Companhia, com base na avaliação dos responsáveis técnicos, emitiu laudo de avaliação datado de 23 de novembro de 2009, aprovado em Reunião de Diretoria. Em 2010, com o intuito de corroborar a avaliação de seus responsáveis técnicos, a Companhia contratou avaliadores independentes que emitiram laudo de avaliação datado de 4 de fevereiro de 2011. Para a elaboração dos respectivos laudos, os responsáveis técnicos e os avaliadores independentes consideraram o planejamento operacional da Companhia para os próximos exercícios, antecedentes internos, como o nível de manutenção e utilização dos itens, elementos externos de comparação, tais como tecnologias disponíveis, recomendações e manuais de fabricantes e taxas de vivência dos bens. A estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado do grupo de equipamentos de locação apurada está em linha com as taxas de depreciação utilizadas pela Companhia, portanto não houve alteração da taxa de depreciação a partir de 1º de janeiro de 2010.

Custo atribuído

A Companhia não fez opção em utilizar o custo atribuído para valorização do seu ativo imobilizado em função de que o seu imobilizado tal como apresentado conforme as práticas contábeis anteriores (BR GAAP em vigor em 2009) já atendia de forma material os principais requisitos de reconhecimento, valorização e apresentação do CPC 27 (IAS 16), em função principalmente de que: (i) os controles internos na área de ativo imobilizado já compreendiam na data de transição (1º de janeiro de 2009) revisões periódicas quanto à melhor estimativa de vida útil e valor residual das principais classes de seus ativos imobilizados; (ii) a segmentação e classificação dos principais itens do ativo imobilizado sujeitos à depreciação já levava em consideração os impactos de depreciação sobre os principais componentes dos ativos imobilizados. Além disto, a Companhia entende que a prática contábil de valorizar os ativos imobilizados pelo custo histórico deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido, é uma prática contábil que melhor representa os seus ativos imobilizados.

9. INTANGÍVEL

	<u>Software</u>	<u>Marcas e patentes</u>	<u>Ágio em investimentos</u>	<u>Total intangível</u>
Custo do intangível bruto				
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>6.075</u>	<u>63</u>	<u>42.317</u>	<u>48.455</u>
Aquisição	1.612	-	-	1.612
Baixa	(315)	-	-	(315)
Ágio GP Sul	-	-	1.977	1.977
Saldos em 30 de setembro de 2011	<u>7.372</u>	<u>63</u>	<u>44.294</u>	<u>51.729</u>
Amortização acumulada				
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>(2.318)</u>	<u>(10)</u>	<u>(4.232)</u>	<u>(6.560)</u>
Amortização	(489)	-	-	(489)
Baixa	-	-	-	-
Transferência	-	-	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2011	<u>(2.807)</u>	<u>(10)</u>	<u>(4.232)</u>	<u>(7.049)</u>
Taxas anuais de amortização - %	20	10		
Resumo intangível líquido				
Saldo em 31 de dezembro de 2010	3.757	53	38.085	41.895
Saldo em 30 de setembro de 2011	4.565	53	40.062	44.680

Provisão para redução ao valor recuperável do ágio

O ágio é oriundo da aquisição da Jahu ocorrida em 2008 e da aquisição da GP Sul ocorrida em 2011 (Nota 1) e os mesmos estão sendo considerados como um segmento de negócio e uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), onde todo o ágio é alocado.

O valor recuperável da UGC Jahu foi determinado com base no fluxo de caixa real deste segmento em 2010, antes do imposto de renda e da contribuição social, projetados para um período de dez anos, considerando uma taxa de desconto de 10% a.a. e sem considerar nenhuma taxa de crescimento. Não foi identificada necessidade de reconhecimento de provisão para perda ao valor de recuperável do ágio.

10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ARRENDAMENTO FINANCEIRO

Os empréstimos foram usados para aquisição de equipamentos sendo indexados ao CDI ou a TJLP.

Os empréstimos indexados ao CDI foram acrescidos de 1,8% a 4,5% ao ano e com amortização de principal e juros em bases mensais.

Os financiamentos de equipamentos de locação foram contratados com encargos da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) acrescida de 0,2% a 7,0% ao ano e amortizações em bases mensais até 17 de fevereiro de 2021.

Os empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiros são apresentados a seguir:

	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Circulante:		
Empréstimos e financiamentos	14.013	19.034
Arrendamento financeiro	<u>27.009</u>	<u>27.664</u>
	<u>41.022</u>	<u>46.698</u>
Não circulante:		
Empréstimos e financiamentos	46.216	40.645
Arrendamento financeiro	<u>30.927</u>	<u>45.280</u>
Total	<u>77.143</u>	<u>85.925</u>

Empréstimos e financiamentos

	<u>Passivo circulante</u>	
	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Financiamentos com instituições financeiras:		
Indexados ao CDI acrescidos de 1,8% a 4,5% de juros ao ano	9.819	17.030
Indexados a TJLP acrescidos de 0,2% a 7,0% de juros ao ano	<u>4.194</u>	<u>2.004</u>
	<u>14.013</u>	<u>19.034</u>

	<u>Passivo não circulante</u>	
	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Financiamentos com instituições financeiras:		
Indexados ao CDI acrescidos de 1,8% a 4,5% de juros ao ano	28.029	24.878
Indexadas a TJLP acrescidos de 0,2% a 7,0% de juros ao ano	<u>18.187</u>	<u>15.767</u>
	<u>46.216</u>	<u>40.645</u>

As instituições financeiras com as quais a companhia mantém empréstimos e financiamentos em 30 de setembro de 2011 são:

- Santander
- Banco do Brasil
- Banco Fibra
- Bradesco
- Itaú Unibanco

Segue abaixo composição das garantias contratadas em aberto nas datas:

	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Garantias concedidas:		
Caução de duplicatas	1.416	1.416
Recebíveis	5.244	6.683
Penhor	2.106	2.106
Alienação fiduciária (*)	<u>125.368</u>	<u>121.696</u>
Total das garantias reais	<u>134.134</u>	<u>131.901</u>
Notas promissórias	91.819	96.891

* Refere-se a equipamentos adquiridos através de FINAME e arrendamento.

As notas promissórias são garantias executáveis e servem como garantias adicionais com relação aos empréstimos e financiamentos.

Os vencimentos das parcelas do não circulante em 30 de setembro de 2011 estão demonstradas abaixo:

2012	2.200
2013	29.875
2014	3.268
2015	2.310
2016 a 2021	<u>8.563</u>
Total	<u>46.216</u>

Covenants

Contrato de financiamento firmado com o Banco Itaú estabelece limites para determinados indicadores ligados à capacidade de endividamento e de pagamentos de juros. Tais parâmetros levam em conta a relação EBITDA versus endividamento líquido, dívida líquida de curto prazo sobre dívida líquida total e despesa financeira líquida sobre EBITDA.

No fechamento das informações trimestrais de 30 de setembro de 2011 todos os índices foram cumpridos.

Arrendamento financeiro

Refere-se, substancialmente, a contratos para a compra de imobilizado de locação com prazos entre 36 e 60 meses, com vencimentos até 2015 e indexados ao CDI acrescidos de 1,0% a 4,5% ao ano. Essa obrigação está garantida pelos próprios bens arrendados. Não estão sendo apresentados os fluxos de caixa de pagamento não descontado da dívida, pois os pagamentos são calculados de forma postecipada de acordo com a variação do CDI.

	Passivo circulante	
	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Instituição financeira:		
Banco ABN Amro Real S.A.	867	808
Banco Alfa S.A.	4.857	7.338
Banco Bradesco S.A.	5.171	4.636
Banco de Lage	134	137
Banco Dibens	800	727
Banco do Brasil	1.405	1.280
Banco Itaú S.A.	2.755	2.540
Banco Safra S.A.	300	369
Banco Santander S.A.	2.766	2.525
HSBC Bank Brasil S.A.	<u>7.954</u>	<u>7.304</u>
	<u>27.009</u>	<u>27.664</u>

	Passivo não circulante	
	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Instituição financeira:		
Banco ABN Amro Real S.A.	-	576
Banco Alfa S.A.	2.210	4.327
Banco Bradesco S.A.	4.411	7.494
Banco de Lage	154	260
Banco Dibens	817	1.284
Banco do Brasil	2.382	3.107
Banco Itaú S.A.	4.016	5.474
Banco Rodobens S.A.	-	175
Banco Safra S.A.	-	6.559
Banco Santander S.A.	5.184	16.024
HSBC Bank Brasil S.A.	<u>11.753</u>	<u>-</u>
	<u>30.927</u>	<u>45.280</u>

Os vencimentos das parcelas do não circulante em 30 de setembro de 2011 estão demonstradas abaixo:

2012	5.569
2013	17.962
2014	7.194
2015	<u>202</u>
Total	<u>30.927</u>

Os empréstimos e arrendamentos correntes da Companhia não possuem cláusulas restritivas.

11. DEBÊNTURES

Em 8 de abril de 2011 foi aprovada a emissão, pela Companhia, de um total de 27 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em série única da espécie quirografária no valor de R\$270.000, e valor nominal unitário de R\$10,00, emitidas em 18 de abril de 2011. As debêntures têm vencimento em 18 de abril de 2016 e remuneração de 112,5% do CDI, com pagamentos semestrais de juros e amortização em três parcelas anuais e sucessivas sendo o primeiro vencimento em 18 de abril de 2014. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R\$2.358 estão sendo reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais desta emissão. Em 30 de setembro de 2011 o saldo de debêntures é de R\$16.273 no passivo circulante e de R\$270.000 no passivo não circulante (R\$15.802 e R\$268.310 líquidos dos custos de transação respectivamente).

Covenants

As escrituras de emissão das debêntures prevêem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue:

- (1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA deverá ser igual ou inferior a 3 (três); e
- (2) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pela Despesa Financeira Líquida que deverá ser igual ou superior a 2 (dois).

No fechamento das informações trimestrais de 30 de setembro de 2011 todos os índices foram cumpridos.

12. PARTES RELACIONADAS

a) Transações e saldo

Não houve empréstimos entre a Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. e seus administradores durante o período.

Em 30 de setembro de 2011 a Companhia mantinha contratos de prestação de serviços de consultoria com partes relacionadas gerando uma despesa de R\$60 no período (R\$295 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010).

b) Remuneração da administração

Os montantes referentes à remuneração dos membros da administração da Companhia estão demonstrados a seguir:

	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Salários e encargos - Diretoria	1.060	832
Honorários do Conselho de Administração	340	274
Pagamentos com base em ações	<u>789</u>	<u>126</u>
Total	<u>2.189</u>	<u>1.232</u>

13. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) Participação dos empregados nos lucros

A provisão para participação nos lucros dos empregados e executivos é constituída de acordo com a competência, sendo contabilizada como despesa. A determinação do montante, que é pago no ano seguinte ao registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido junto ao sindicato da categoria, através de acordo coletivo de trabalho, em consonância com a Lei nº 10.101/00 e com o estatuto social da Companhia.

b) Plano de opção de compra de ações

A Companhia possui planos de opções de ações, aprovados pela assembleia geral, com o objetivo de integrar os executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo. Esses planos são administrados pela companhia e a aprovação das outorgas é sancionada pelo conselho de administração.

Descrição dos planos

Plano 2002

Este plano foi aprovado pela assembleia geral extraordinária de 1º de agosto de 2002, tendo sido outorgado na mesma data e exercido em 31 de agosto de 2002, e consiste em um mecanismo de compra de ações ordinárias da empresa.

Foram adquiridas 612.157 mil ações da então Mills Andaimos Tubulares do Brasil S.A (MAT), antiga holding do grupo e incorporada pela Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A (ME), em 30 de Janeiro de 2009, equivalentes em 31 de dezembro de 2009 a 3.920 ações da ME, pelo preço ("*strike price*") de R\$2,2632 o milhar de ações. O valor correspondente já foi 100% integralizado e o lock up de 3 anos de prestação de serviço já foi cumprido.

Planos Especiais Top Mills e Plano Especial CEO

Tais planos foram aprovados pelo conselho de administração, em 27 de novembro de 2007, e ratificados em assembleia geral extraordinária realizada em 28 de maio de 2008. Entre 1º de janeiro de 2008 e 1º de janeiro de 2009 foram outorgadas, ao todo, 140.825 mil opções de compras de ações da antiga empresa MAT, correspondendo, em 31 de dezembro de 2009, a 901 mil opções da ME.

Essas opções serão convertidas em ações, pelo preço de R\$12,0294 por milhar, corrigido pelo IPCA entre janeiro de 2008 e a data do seu exercício.

Em contrapartida, os beneficiários ficam obrigados a prestar serviços para a Companhia pelo prazo de 3 anos após a data da oferta pública.

O plano especial Top Mills entrou em vigor em 1º de janeiro de 2008 e será extinto até 10 de julho de 2015, ou a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral Extraordinária.

O plano especial CEO entrou em vigor em 1º de novembro de 2008 e será extinto até 10 de julho de 2012 ou a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral Extraordinária.

Plano Ex-CEO

Neste plano foram outorgadas 24.000 mil opções também da antiga MAT em 1º de maio com 2008, correspondendo em 31 de dezembro de 2009 a 154 mil opções da ME. Este plano é igual ao plano Top Mills e Especial CEO anteriormente descrito, inclusive no preço de exercício, exceto pelo fato de não existir um "lock up period". O plano já foi exercido e capitalizado em 12 de março de 2010 o correspondente a 154 mil ações.

Plano executivos Mills Rental

O plano foi outorgado em 29 de dezembro de 2008, também com opções da antiga MAT, para os principais executivos da divisão Rental, que iniciou suas atividades em Janeiro de 2008. O exercício das opções está condicionado ao atingimento de metas de EBITDA.

Na primeira etapa do plano foram distribuídas opções equivalentes a U\$\$387 mil (trezentos e oitenta e sete mil), condicionadas ao atingimento de um EBITDA pela divisão de R\$11 milhões. Na segunda etapa foram distribuídas opções equivalentes a U\$\$1.162 (um milhão, cento e sessenta e dois mil dólares) condicionadas ao atingimento de um EBITDA pela divisão de R\$22 milhões. A quantidade de opções correspondentes a estes valores foi obtida convertendo-se os valores acima para reais pela taxa do dia de encerramento do exercício onde a meta foi atingida, e dividindo-se o valor em reais pelo valor por ação correspondente a valorização da Mills de 6,6 vezes o EBITDA, menos dívida líquida do mesmo exercício, no qual a meta foi atingida. A esta quantidade é acrescida uma pequena quantidade para fazer o "gross up", correspondente a alíquota de IR fonte de 15%.

O preço de exercício destas opções é de R\$3,95 por milhar, atualizado pelo IPCA desde janeiro de 2007, até a data do exercício. Na ocasião da outorga do plano, estava previsto o atingimento da primeira meta em 31 de dezembro de 2008 e para 31 de dezembro de 2009 a segunda meta, resultando na outorga de 137.031 mil opções da antiga MAT, correspondendo em 31 de dezembro de 2009 a 438 mil opções da ME. A primeira meta foi atingida, de fato, em 31 de dezembro de 2008, tendo resultado na emissão e aquisição de 199.853 ações da ME, mediante aumento de capital, na AGE de 1º de outubro de 2009, no valor de R\$134 mil. A segunda meta foi atingida e as opções foram exercidas.

O Plano especial Mills divisão Rental entrou em vigor em 1º de janeiro de 2008 e será extinto em 31 de dezembro de 2013, ou a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral Extraordinária.

Plano de opções de compras de ações 2010

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de fevereiro de 2010, foi aprovado o Plano de Opção de compra de ações de emissão da Companhia. Poderão ser eleitos como beneficiários administradores e empregados em posição de comando da Companhia ou de sociedades sob controle da Companhia. O plano é administrado pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração poderá impor termos e/ou condições para o exercício da opção, bem como restrições à transferência de ações adquiridas com o exercício das opções. As opções de compras de ações, outorgadas no âmbito do plano, poderão conferir direitos de aquisição de até 5% das ações do nosso capital social. Adicionalmente, o plano tem como meta opções de compra de ações, em número que não exceda, em cada ano, a 1% das ações do capital social, na data de aprovação do plano.

O preço das ações ordinárias a serem adquiridas pelos beneficiários, em decorrência do exercício das opções, será fixado pelo Conselho de Administração, com base na média da cotação das ações na BM&F BOVESPA, ponderada pelo volume de negociação havido no mês, ou nos dois meses anteriores a outorga, corrigido pela inflação de acordo com o IPCA, deduzido do valor dos dividendos e juros sobre capital próprio por ação, pagos pela Companhia, a partir da data da outorga. Excepcionalmente, na primeira outorga, o preço de exercício das opções será baseado no valor de lançamento, das ações no âmbito da oferta, corrigido pela inflação, de acordo com o IPCA, deduzido do valor dos dividendos e juros sobre capital próprio por ação, pagos, a partir da data da outorga. As opções outorgadas nos termos deste plano estarão sujeitas a prazo de carência de até 72 meses para a conversão das opções em ações. Foram outorgadas 1.432 mil opções de ações em 31 de maio de 2010.

As opções de compras vigorarão pelo prazo de seis anos completos, a contar da data de celebração do contrato em 31 de maio de 2010, isto é, até a data de 31 de maio de 2016.

Em 5 de julho 2010 realizou-se a segunda outorga de opções de ações com preço de exercício da primeira distribuição pública de suas ações, isto é R\$11,50 corrigido monetariamente de acordo com a variação do IPCA, a partir de 5 de julho de 2010 até a data de exercício da Opção de Compra, (iii) deduzido do valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação pagos pela Companhia a partir da data da outorga. As opções de ações da segunda outorga nos termos deste plano estarão sujeitas a prazo de carência de até 72 meses para a conversão das opções em ações. Foram outorgadas 43 mil opções de ações.

As opções de compra vigorarão pelo prazo de seis anos completos a contar de 5 de julho, isto é até 5 de julho de 2016.

Plano de opções de compras de ações 2011

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de março de 2011, foi aprovado o Plano de Opção de compra de ações 2011 de emissão da Companhia. Poderão ser eleitos como beneficiários administradores e empregados em posição de comando da Companhia ou de sociedades sob controle da Companhia. O plano é administrado pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração poderá impor termos e/ou condições para o exercício da opção, bem como restrições à transferência de ações adquiridas com o exercício das opções. As opções de compras de ações, outorgadas no âmbito do plano, poderão conferir direitos de aquisição de até 5% das ações do nosso capital social. Adicionalmente, o plano tem como meta opções de compra de ações, em número que não exceda, em cada ano, a 1% das ações do capital social, na data de aprovação do plano.

O preço das ações ordinárias a serem adquiridas pelos beneficiários, em decorrência do exercício das opções, fixado pelo Conselho de Administração, quando da instituição do programa, é igual ao preço médio das ações adquiridas conforme nota de corretagem corrigido monetariamente de acordo com o IPCA, a partir da data de celebração do Contrato de Opção até a data de exercício da Opção, deduzido do valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação pagos pela Companhia a partir da data da outorga.

As opções outorgadas nos termos deste plano estarão sujeitas a prazo de carência de até 72 meses para a conversão das opções em ações. Foram outorgadas 1.184 mil opções de ações em 16 de abril de 2011.

As opções de compras vigorarão pelo prazo de seis anos completos, a contar da data de celebração do contrato em 16 de abril de 2011.

Precificação e contabilização dos planos

Para precificação do custo das parcelas dos planos referentes à sua componente de patrimônio foram determinadas as volatilidades aplicáveis a cada um, as taxas livres de risco e os "*stock prices*", com base em *valuations* de 6,6 vezes o EBITDA, menos dívida líquida no período de cada plano e usamos o modelo de *Black-Sholes* para cálculo dos valores justos.

Com relação ao plano 2002, como se trata de simples mecanismo de compra de ações ordinárias, as opções, já exercidas, estão integralmente consideradas como instrumentos patrimoniais e registrados na conta de reserva de capital, dentro do patrimônio líquido.

Para os demais planos concedidos até 2009 a Companhia classificou os planos como instrumentos compostos uma vez que os mesmos incluem um componente de dívida (direito/possibilidade de receber o pagamento em dinheiro na não ocorrência da oferta pública) e um componente de capital (direito/possibilidade de receber o pagamento em instrumento de patrimônio em ocorrendo a oferta pública) no qual a escolha de liquidação está fora do controle da Companhia e do beneficiário. Para precificação do valor justo da parcela de dívida foi considerado o quanto a Companhia desembolsaria, a valor presente, conforme o múltiplo de EBITDA, descrito acima, ponderado pela probabilidade de ocorrência do evento de oferta pública de ações, sendo o valor resultante contabilizado no passivo exigível de longo prazo. A oferta pública ocorreu em 14 de abril de 2010, portanto não existe parcela de dívida a partir dessa data.

O valor justo médio ponderado das opções concedidas durante o ano de 2010, foi determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, de R\$3,86 (1ª outorga) e 5,49 (2ª outorga) por opção. Os dados significativos incluídos no modelo foram: preço médio ponderado da ação de R\$11,95 (1ª outorga) e 14,10 (2ª outorga) na data da concessão, preço do exercício de R\$11,50 (1ª e 2ª outorgas) volatilidade de 31% mensurada pelo histórico do EBTIDA da companhia, rendimento de dividendos de 1,52% (1ª outorga) e 1,28% (2ª outorga), uma vida esperada da opção correspondente a quatro anos e uma taxa de juros anual sem risco de 6,60% e 6,37% respectivamente.

O valor justo médio ponderado das opções concedidas durante o ano de 2011, foi determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, de R\$19,28 por opção. Os dados significativos incluídos no modelo foram: preço médio ponderado da ação de R\$21,08 na data da concessão, preço do exercício de R\$19,28 volatilidade de 35,79% mensurada pelo histórico do comportamento do valor da ação da companhia, rendimento de dividendos de 1,73%, uma vida esperada da opção correspondente a quatro anos e uma taxa de juros anual sem risco de 6,53%

A parcela de patrimônio é precificada apenas no momento da outorga e não sofre remensurações de valor justo a cada data de balanço. As parcelas de patrimônio e de dívida são apropriadas plano a plano, considerando seus respectivos períodos de "*lock up*"(período em que ações ficam bloqueadas para negociação), com base na melhor estimativa da administração quanto a data final dos mesmos.

A tabela abaixo apresenta os saldos acumulados dos planos em cada exercício nas contas patrimoniais e os efeitos nos resultados dos exercícios.

	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
<u>Plano 2002</u>		
Reserva de capital	1.446	1.446
Número de ações (milhares)	3.920	3.920
<u>Plano Top Mills, Plano Especial CEO e EX-CEO</u>		
Reserva de capital	957	766
Número de opções a exercer (milhares)	143	190
Número de ações (milhares)	912	865
<u>Plano executivos Mills Rental</u>		
Reserva de capital	3.936	3.865
Número de opções a exercer (milhares)	-	65
Número de ações (milhares)	391	372
<u>Plano 2010</u>		
Reserva de capital	1.883	821
Número de opções a exercer (milhares)	1.347	1.475
Número de ações (milhares)	128	
<u>Plano 2011</u>		
Reserva de capital	879	-
Número de opções a exercer (milhares)	1.184	-
Total registrado como patrimônio (acumulado)	9.101	6.898
Efeito anual no resultado	(2.203)	(586)

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e da contribuição social pela alíquota nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	<u>30 de setembro de 2011</u>		<u>30 de setembro de 2010</u>	
	<u>Trimestre</u>	<u>Acumulado</u>	<u>Trimestre</u>	<u>Acumulado</u>
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	18.760	86.323	42.847	110.544
Alíquota nominal de imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(6.378)	(29.350)	(14.568)	(37.585)
Provisões indedutíveis – diferenças permanentes	(2.025)	(1.898)	11	277
Juros sobre capital próprio - Declarado	7.480	7.480	-	-
Outros	40	77	165	(14)
Total de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	<u>(883)</u>	<u>(23.691)</u>	<u>(14.392)</u>	<u>(37.322)</u>
Alíquota efetiva	5%	27%	34%	34%
Imposto de renda corrente	(3.563)	(26.790)	(13.652)	(35.410)
Imposto de renda diferido	2.680	3.099	(740)	(1.912)

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferido

A composição dos valores relativos ao imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

<u>Natureza</u>	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Ágio Itapoã (*)	2.581	3.849
Ágio Jahu (*)	(7.913)	(5.755)
Ágio GP Sul (*)	(24)	-
Ajuste valor presente	160	212
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber	4.686	1.241
Arrendamento financeiro	3.426	3.424
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e participação nos lucros	7.009	4.319
Receita de atualização de depósitos judiciais	(758)	(756)
Derivativos <i>swap</i>	1.583	1.523
Debêntures – Custo de captação	(735)	-
JCP- Parcela ainda não utilizada no IRPJ /CSLL corrente	2.395	
Outras provisões	<u>128</u>	<u>-</u>
Total imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos.	<u>12.538</u>	<u>8.057</u>

(*) Os créditos e débitos fiscais de IR e CSLL, são compostos pelo benefício das reorganizações societárias, envolvendo as incorporações da Itapoã, da Jahu e da GP Sul, relativo à diferença temporária pela não amortização contábil do ágio gerado nas aquisições. Em 30 de setembro de 2011 o saldo do IR e CSLL diferidos relativo ao ágio gerado na aquisição da Jahu e GP Sul foram apresentados no passivo tendo em vista que a Administração reavaliou a sua realização e concluiu que esta se dará em períodos diferentes dos valores do ativo.

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

(a) Imposto de renda e contribuição sociais diferidos ativos

<u>Natureza</u>	<u>Fundamentos para realização</u>
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	Pela realização fiscal da perda
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber	Pelo ajuizamento das ações e créditos vencidos
Arrendamento financeiro	Realização no prazo da depreciação linear dos bens
Ajuste a valor presente	Pela realização fiscal da perda/ganho
Outras provisões	Pelo pagamento
Ágio da Itapoã	Pela amortização fiscal
Ágio da Jahu/Ágio GP Sul	Pela alienação/ <i>impairment</i> do ativo
Atualização de depósitos judiciais	Pelo levantamento do depósito
Debêntures	Pela amortização do custo de captação
Juros sobre Capital Próprio- Parcela ainda não utilizada	Pela Utilização do crédito no IRPJ/CSLL correntes

Abaixo demonstramos a expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos para 30 de setembro de 2011:

	<u>IR e CSLL diferidos ativos</u>	<u>IR e CSLL diferidos passivos</u>
2011	4.422	(192)
2012	5.869	(312)
2013	3.367	(312)
2014	2.724	(312)
2015	2.726	(312)
A partir de 2016	<u>2.860</u>	<u>(7.990)</u>
	<u>21.968</u>	<u>(9.430)</u>

Regime Tributário de Transição

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

A Companhia optou pela adoção do RTT em 2008. Conseqüentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 2009 e 2008 a Companhia utilizou das prerrogativas definidas no RTT, que em 2010, passou a ser obrigatório.

15. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Composição das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Nas datas das Informações trimestrais, a Companhia apresentava os seguintes passivos, relacionados a provisões:

	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	(i) 227	209
Reclamações trabalhistas	(ii) 1.146	1.672
IRPJ/CSLL - Jahu	(iii) 5.214	4.975
Responsabilidade cível	(iv) 714	430
ISS- Jahu	(v) 187	
Fator Acidentário Previdenciário - FAP	(vi) 2.522	2.112
Outros	<u>2.668</u>	<u>1.741</u>
	<u>12.678</u>	<u>11.139</u>

b) Composição dos depósitos judiciais

		30 de setembro <u>de 2011</u>	31 de dezembro <u>de 2010</u>
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	(i)	674	674
Reclamações trabalhistas	(ii)	1.380	1.109
ISS - locação	(v)	4.429	4.429
Outros		<u>1.319</u>	<u>1.116</u>
		<u>7.802</u>	<u>7.328</u>

c) Natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista que foram propostas no curso normal dos negócios e, está discutindo estas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais.

A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores legais, entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada situação são suficientes para cobrir as eventuais perdas e preservar o patrimônio líquido da Companhia, sendo reavaliadas periodicamente.

Os principais riscos tributários, cíveis e trabalhistas em discussão podem ser resumidos como segue:

(i) Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS

Em 2001 e 2005, a sociedade sofreu autuações referentes ao recolhimento de valores supostamente não recolhidos a títulos de contribuições previdenciárias, e com base na posição de seus consultores jurídicos externos a administração manteve uma provisão de R\$227 em 30 de setembro de 2011 (31 de dezembro de 2010 - R\$209).

Adicionalmente, tendo em vista a mudança de prognóstico motivada pela sentença de 1º grau publicada em 30 de novembro de 2009, a Companhia em relação à discussão envolvendo o arbitramento de parte da NFLD nº 35.102.800-5 cujo objeto é o débito devido a título da contribuição adicional ao SAT destinada ao financiamento da aposentadoria especial, decidiu incluir este débito no parcelamento especial - Lei nº 11.941/2009.

(ii) Reclamações trabalhistas

A Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. As chances de sucesso são consideradas favoráveis na maioria dos processos e, baseada na posição dos consultores jurídicos externos das sociedades, é mantida uma provisão somente para aqueles julgados como de perda provável.

(iii) IRPJ/CSSL Jahu

A antiga Jahu (anteriormente à incorporação pela Mills) foi autuada por indedutibilidade de despesas com prestadores de serviço, além de imposto de renda na fonte sobre os valores pagos aos mesmos.. Os valores que compõem o referido auto no montante de R\$5.214 valor atualizado em 30 de setembro de 2011 (31 de dezembro de 2010 - R\$4.975), foram provisionados, pois a chance de perda, é considerada provável.

(iv) Processos de responsabilidade cível

A Companhia possui algumas ações movidas contra ela referentes a processos de responsabilidade cível e indenizações. Amparada por seus consultores jurídicos externos, a administração constituiu em 30 de setembro de 2011 uma provisão de R\$714, (31 de dezembro de 2010 - R\$430) para as perdas consideradas prováveis.

(v) ISS sobre locação

Em outubro de 2001, a Companhia ingressou com ações nos diversos municípios em que atua, visando recuperar o ISS recolhido desde 1991 sobre locação de bens móveis. As ações encontram-se em curso, no aguardo de decisão judicial. Após a edição da Lei Complementar nº 116/2003, a partir de agosto de 2003, a Mills interrompeu o recolhimento de ISS sobre locação de bens móveis, continuando a tributar a cessão de andaimes e outras estruturas de uso temporário.

Já a antiga Jahu ingressou com ações questionando a incidência do ISS na locação de bens móveis, e efetuava depósitos judiciais, mesmo após a Lei nº 116/2003. A Companhia registrou provisão para perda no montante de R\$187 tendo em vista que a probabilidade de êxito foi considerada remota para o município de Niterói. Para os demais municípios não existem provisões para este depósito, em virtude da probabilidade de êxito ser possível.

(vi) FAP – Fator acidentário de prevenção

Após a divulgação do índice do FAP, multiplicador da contribuição para o financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho (“RAT”), aplicável ao exercício de 2010, a Companhia ingressou com contestação e recurso administrativos para questionar os critérios utilizados para sua determinação. Foi impetrado Mandado de Segurança para suspender a exigibilidade da parcela do RAT majorada pelo FAP em razão do recurso administrativo, tendo a Companhia optado pelo depósito judicial da competência janeiro/2010 (R\$168), já que a liminar somente foi concedida em março de 2010.

Em relação ao FAP divulgado para o exercício de 2011, a Companhia não ingressou com contestação administrativa e impetrou Mandado de Segurança questionando a legalidade e constitucionalidade da majoração do RAT pelo FAP. A liminar foi concedida para afastar a aplicação do FAP, contudo, a União Federal, em sede de recurso, conseguiu suspender os efeitos da liminar. Referido recurso encontra-se pendente de julgamento.

Os valores não recolhidos, até 30 de setembro de 2011 correspondem a R\$2.522 (31 de dezembro de 2010 R\$2.112) líquido de depósitos judiciais.

Não houve variação significativa no saldo de passivos contingentes em relação ao apresentado em 31 de dezembro de 2010.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital subscrito

O capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia, em 30 de setembro de 2011 é representado pelo valor de R\$526.797 (31 de dezembro de 2010 - R\$525.123) dividido em 125.591 mil (31 de dezembro de 2010 - 125.495 mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Segue abaixo a composição acionária do capital social nas datas:

Acionistas	30 de setembro de 2011		31 de dezembro de 2010	
	Quantidade de ações (em milhares)	Porcentagem	Quantidade de ações (em milhares)	Porcentagem
Nacht Participações S.A. (*)	27.422	21,83%	48.983	39,03%
Jeroboam Investments LLC. (*)	19.233	15,31%	-	-
Capital Group International Inc.	7.032	5,60%	7.032	5,60%
FMR LLC	6.587	5,24%	6.587	5,25%
Outros	<u>65.317</u>	<u>52,02%</u>	<u>62.893</u>	<u>50,12%</u>
	<u>125.591</u>	<u>100,00%</u>	<u>125.495</u>	<u>100,00%</u>

(*) A Nacht Participações S.A. - Nacht, (acionista majoritário e controlador) reduziu seu capital social, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de fevereiro de 2011. Após capitalização de parcela dos lucros acumulados e da reserva legal, houve a redução do capital social da Nacht. Como consequência da redução de capital, a participação da Nacht no capital social votante e total da Mills foi reduzida em 17,2%, passando de 39,0% para 21,83% e os acionistas Jeroboam Investments LLC (Jeroboam), Andres Cristian Nacht (Cristian Nacht) e Jytte Kjellerup Nacht passaram a deter uma participação direta de 15,3%, 1,4% e 0,5% da Mills, respectivamente.

(a.1) Ações em tesouraria

A Companhia recomprou 99.140 ações preferenciais de sua própria emissão, adquiridas de acionista que exerceu seu direito de recesso, para cancelamento. O valor total pago na aquisição das ações, líquido de imposto de renda e contribuição social, foi de R\$535, tendo sido deduzido da reserva de capital no patrimônio líquido. Em 23 de setembro de 2011, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia o cancelamento da totalidade das ações, conforme alínea (o) do Estatuto Social da Companhia.

(a.2) Emissão de ações

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de julho de 2011, foi aprovada a emissão de 128.287 ações totalizando um aumento no capital social no montante de R\$1.549, em razão do exercício por beneficiários de opções de compra de ações outorgadas conforme o Programa de Outorga de Opções 2010. As ações emitidas foram integralmente subscritas e integralizadas pelos respectivos beneficiários.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de setembro de 2011, foi aprovada a emissão de 66.626 ações totalizando um aumento no capital social no montante de R\$125, em razão do exercício por beneficiários de opções de compra de ações outorgadas conforme Planos Especial Top Mills e Especial Mills Rental.

b) Reservas de Lucros

(b.1) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(b.2) Reserva de retenção de lucros

A Reserva para retenção de lucros refere-se a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da companhia, a ser deliberado na Assembleia geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

(b.3) Reserva especial

A reserva especial refere-se ao benefício fiscal gerado pela reorganização societária ocorrida em 2009.

c) Outras reservas

(c.1) Ajuste de avaliação patrimonial- *hedge* de fluxo de caixa

A reserva para *hedge* de fluxo de caixa contém a parte eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa até a data do balanço no valor de R\$3.072 líquido de impostos. No ano de 2009 até junho de 2010 o ganho ou perda dessas operações eram reconhecidos no resultado porque a Companhia ainda não havia preparado a documentação necessária para o "*Hedge Accounting*".

(c.2) Reserva de capital

A reserva de capital contém os custos de transação incorridos na captação de recursos para o capital próprio no montante de R\$15.068 líquido dos impostos, referente a distribuição pública primária de ações e reserva para prêmio de opções de ações, dos planos de *stock options* para os empregados no montante de R\$9.101 (em 31 de dezembro 2010 - R\$6.898) e o valor do custo das ações canceladas no montante de R\$535.

17. DIVIDENDOS PROPOSTOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Em reunião do Conselho de Administração de 28 de setembro de 2011 foi aprovada a declaração de juros sobre capital próprio como parte do dividendo mínimo obrigatório à quantia de R\$22.000 (R\$18.879 líquido de imposto de renda retido na fonte no valor de R\$3.121, correspondendo a R\$ 0,15 por ação). Os juros sobre capital próprio propostos deverão ser ajustados a remuneração que vier ser distribuída no encerramento do exercício de 2011.

18. LUCRO POR AÇÃO

a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	30 de setembro de 2011		30 de setembro de 2010	
	<u>Trimestre</u>	<u>Acumulado</u>	<u>Trimestre</u>	<u>Acumulado</u>
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	17.877	62.632	28.455	73.222
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	<u>125.534</u>	<u>125.534</u>	<u>124.611</u>	<u>124.611</u>
Lucro básico por ação	0,14	0,49	0,23	0,59

b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A sociedade tem uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: opções de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Lucro líquido usado para determinar o lucro diluído por ação	62.632	73.222
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	125.534	124.611
Ajustes de:		
Opções de compra de ações (milhares)	2.674	2.570
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (milhares)	128.208	127.181
Lucro diluído por ação	0,49	0,58

19. RECEITA LIQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS

A informação de receita operacional líquida de vendas e serviços demonstrada abaixo se refere somente à natureza da receita por tipo de serviço:

	30 de setembro de 2011		30 de setembro de 2010	
	<u>Trimestre</u>	<u>Acumulado</u>	<u>Trimestre</u>	<u>Acumulado</u>
Locação	139.811	374.575	103.611	288.452
Vendas	9.423	25.003	10.375	29.436
Assistência técnica	46.897	139.430	48.879	124.483
Indenizações e recuperação	7.855	22.707	6.497	13.874
Impostos sobre vendas e serviços	(16.352)	(45.160)	(14.276)	(39.420)
Cancelamentos e descontos	<u>(12.575)</u>	<u>(32.511)</u>	<u>(6.205)</u>	<u>(21.158)</u>
	<u>175.059</u>	<u>484.044</u>	<u>148.881</u>	<u>395.667</u>

20. CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS (POR NATUREZA)

Os custos referem-se principalmente às despesas de pessoal para montagem e desmontagem dos bens próprios locados, quando esta montagem é feita pela própria Mills, aos equipamentos sublocados de terceiros, quando o estoque da Mills é insuficiente para atender demanda, aos fretes de transporte de equipamento entre filias e eventualmente para os clientes, e às despesas com materiais consumidos nas obras, desde equipamentos de proteção individual (EPIs) até madeira, tintas e isolantes térmicos.

As despesas gerais e administrativas referem-se a gestão de cada contrato da Companhia, compreendendo as equipes de projetos e de engenheiros da área comercial, que correspondem, substancialmente, a salários, encargos e benefícios, sendo as demais referentes a despesas com viagens, representações e comunicação, bem como as despesas das áreas administrativas.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Natureza	30 de setembro de 2011 - Trimestre			30 de setembro de 2011 - Acumulado			30 de setembro de 2010 - Trimestre			30 de setembro de 2010 - Acumulado		
	Custos	Despesas	Total									
	diretos obras e locação	gerais e administrativas		diretos obras e locação	gerais e administrativas		diretos obras e locação	gerais e administrativas		diretos obras e locação	gerais e administrativas	
Pessoal	(45.549)	(22.832)	(68.381)	(119.925)	(65.603)	(185.528)	(33.370)	(21.071)	(54.441)	(85.929)	(56.533)	(142.462)
Terceiros	(1.839)	(4.201)	(6.040)	(4.570)	(14.120)	(18.690)	(1.907)	(3.498)	(5.405)	(3.938)	(10.395)	(14.333)
Frete	(3.688)	(320)	(4.008)	(10.500)	(386)	(10.886)	(3.958)	(91)	(4.049)	(8.940)	(328)	(9.268)
Material construção/manutenção e reparo	(10.384)	(872)	(11.256)	(27.013)	(2.902)	(29.915)	(6.729)	(1.751)	(8.480)	(17.433)	(4.394)	(21.827)
Aluguel de equipamentos e outros	(2.977)	(2.547)	(5.524)	(7.448)	(6.622)	(14.070)	(2.687)	(1.326)	(4.013)	(9.279)	(3.829)	(13.108)
Viagem	(2.744)	(3.003)	(5.747)	(6.175)	(8.615)	(14.790)	(1.958)	(2.254)	(4.212)	(4.384)	(5.613)	(9.997)
Depreciação	(19.361)	(644)	(20.005)	(51.145)	(1.782)	(52.927)	(12.417)	(428)	(12.845)	(30.995)	(1.151)	(32.146)
Amortização de intangível	-	(178)	(178)	-	(489)	(489)	-	(124)	(124)	-	(359)	(359)
Baixa de ativos	(584)	-	(584)	(3.128)	-	(3.128)	(968)	-	(968)	(1.384)	-	(1.384)
Vendas (CMV)	(5.638)	-	(5.638)	(13.681)	-	(13.681)	(6.220)	-	(6.220)	(15.217)	-	(15.217)
Provisão para Devedores - PDD	-	(9.220)	(9.220)	-	(11.578)	(11.578)	-	(450)	(450)	-	(695)	(695)
Plano de Ações	-	(932)	(932)	-	(2.203)	(2.203)	-	(522)	(522)	-	(258)	(258)
Atualização provisões	-	(732)	(732)	-	(1.239)	(1.239)	-	2.731	2.731	-	2.553	2.553
Participações no resultado	-	(1.217)	(1.217)	-	(4.695)	(4.695)	-	(3.174)	(3.174)	-	(10.948)	(10.948)
Outros	501	(5.373)	(4.872)	(1.201)	(10.728)	(11.929)	(275)	(3.497)	(3.772)	(819)	(8.754)	(9.573)
Total	<u>(92.263)</u>	<u>(52.071)</u>	<u>(144.334)</u>	<u>(244.786)</u>	<u>(130.962)</u>	<u>(375.748)</u>	<u>(70.489)</u>	<u>(35.455)</u>	<u>(105.944)</u>	<u>(178.318)</u>	<u>(100.704)</u>	<u>(279.022)</u>

Abaixo destacamos os custos e despesas gerais e administrativas por grupo em 30 de setembro de 2011:

	30 de setembro de 2011		30 de setembro de 2010	
	<u>Trimestre</u>	<u>Acumulado</u>	<u>Trimestre</u>	<u>Acumulado</u>
Custo				
Execução de obras	(58.086)	(155.524)	(49.955)	(126.243)
Depreciação	(19.361)	(51.145)	(12.417)	(30.995)
Outros	(14.816)	(38.117)	(8.117)	(21.080)
	<u>(92.263)</u>	<u>(244.786)</u>	<u>(70.489)</u>	<u>(178.318)</u>
Despesas				
Despesa com coordenação de contrato	(26.301)	(72.548)	(17.871)	(48.332)
Despesas administrativas	(8.215)	(23.859)	(6.817)	(17.605)
Serviços gerais	(4.180)	(11.621)	(2.965)	(8.123)
Outros	(13.375)	(22.934)	(7.802)	(26.644)
	<u>(52.071)</u>	<u>(130.962)</u>	<u>(35.455)</u>	<u>(100.704)</u>

21. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

a) Receitas financeiras

	30 de setembro de 2011		30 de setembro de 2010	
	<u>Trimestre</u>	<u>Acumulado</u>	<u>Trimestre</u>	<u>Acumulado</u>
Receitas de juros por recebimentos de faturas em atraso	240	824	226	578
Receitas de aplicação financeira	3.980	10.414	6.633	12.806
Descontos obtidos	23	163	226	405
Variação cambial e monetária ativa	376	634	-	53
Outras	-	8	5	12
	<u>4.619</u>	<u>12.043</u>	<u>7.090</u>	<u>13.854</u>

c) Despesas financeiras

	30 de setembro de 2011		30 de setembro de 2010	
	<u>Trimestre</u>	<u>Acumulado</u>	<u>Trimestre</u>	<u>Acumulado</u>
Juros de empréstimos	(1.901)	(5.980)	(2.612)	(8.788)
Variação monetária passiva	(534)	(1.216)	(314)	(821)
Juros de arrendamento financeiro	(2.269)	(6.971)	(2.658)	(7.362)
Juros de debêntures	(9.391)	(16.273)	(604)	(930)
Tarifas bancárias	(1.991)	(2.505)	(190)	(459)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(277)	(645)	(15)	(472)
Resultado das operações de "swap", líquido	(2)	(34)	(818)	(1.332)
Outras	(266)	(542)	(20)	(85)
Ajuste valor presente	47	150	51	294
	<u>(16.584)</u>	<u>(34.016)</u>	<u>(7.180)</u>	<u>(19.955)</u>

22. RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

As informações por segmento operacional estão sendo apresentadas de acordo com CPC 22 - Informações por Segmento (IFRS-8).

Os segmentos reportáveis da companhia são unidades de negócios que oferecem diferentes produtos e serviços, são gerenciados separadamente, pois cada negócio exige diferentes tecnologias e estratégias de mercado. As principais informações utilizadas pela administração para avaliação do desempenho de cada segmento são: total do ativo imobilizado, pois estes é que geram a receita da Companhia, lucro líquido e EBTIDA de cada segmento para avaliação do retorno desses investimentos. As informações sobre os passivos por segmento não estão sendo reportadas por não serem utilizadas pelos administradores na gestão dos segmentos. A administração não utiliza análises por área geográfica para gestão de seus negócios.

Os segmentos da Companhia possuem atividades completamente distintas, conforme descrito abaixo, logo seus ativos são específicos para cada segmento. Os ativos foram alocados em cada segmento reportável de acordo com a natureza de cada item.

As operações da Companhia estão segmentadas de acordo com o modelo de organização e gestão aprovado pelo Conselho de Administração contendo as seguintes divisões:

Divisão de construção

Fornecimento de soluções específica de engenharia e equipamentos, especificamente com relação a formas de concretagem e estruturas de escoramentos, destinados a construção de grandes estruturas, planejamento, projeto, supervisão técnica, equipamentos e serviços correlatos.

Divisão Jahu

Fornecimento de formas e concretagem, escoramentos e andaimes no âmbito da prestação de serviços de soluções especiais de engenharia para construção civil, com ênfase no setor de construção residencial e comercial, fornecendo planejamento, projeto, supervisão técnica, equipamentos e serviços relacionados.

Divisão de Serviços Industriais

Fornecimento de estruturas desenvolvidas para permitir o acesso de pessoal e materiais durante as fases de montagem de equipamentos e tubulações e para manutenção, preventiva e corretiva, em grandes plantas industriais, serviços de pintura industrial, tratamentos de superfície e isolamento térmico.

Divisão Rental

Fornecimento de equipamentos motorizados de acesso (plataformas de trabalho aéreas) e manipuladores telescópios para elevação de pessoas e transporte de cargas em alturas consideráveis.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que aquelas descritas no resumo das políticas contábeis significativas. A companhia avalia o desempenho por segmento com base no lucro ou no prejuízo das operações antes dos tributos sobre o lucro e no EBITDA.

Demonstração do resultado por segmento de negócio - Acumulado

	Construção		Jahu		Serviços Industriais		Rental		Total	
	30 de setembro de 2011	30 de setembro de 2010	30 de setembro de 2011	30 de setembro de 2010	30 de setembro de 2011	30 de setembro de 2010	30 de setembro de 2011	30 de setembro de 2010	30 de setembro de 2011	30 de setembro de 2010
Receita líquida	95.578	120.081	103.306	72.363	164.611	138.965	120.549	64.258	484.044	395.667
(-) Custos e despesas	(57.257)	(59.769)	(61.199)	(40.127)	(146.228)	(118.644)	(57.648)	(27.977)	(322.332)	(246.517)
(-) Depreciação/amortização	(15.352)	(11.990)	(10.675)	(4.396)	(7.609)	(5.590)	(19.780)	(10.529)	(53.416)	(32.505)
Lucro operacional	22.969	48.322	31.432	27.840	10.774	14.731	43.121	25.752	108.296	116.645
Receita financeira	3.564	4.954	2.804	2.910	1.960	2.445	3.715	3.545	12.043	13.854
Despesa financeira	(10.037)	(7.135)	(7.830)	(4.191)	(5.646)	(3.521)	(10.503)	(5.108)	(34.016)	(19.955)
Lucro antes do IRPJ/CSL	16.496	46.141	26.406	26.559	7.088	13.655	36.333	24.189	86.323	110.544
(-) IRPJ/CSL	(3.847)	(15.577)	(8.370)	(8.968)	(2.248)	(4.610)	(9.226)	(8.167)	(23.691)	(37.322)
Lucro líquido	12.649	30.564	18.036	17.591	4.840	9.045	27.107	16.022	62.632	73.222
EBITDA (*)	38.321	60.312	42.107	32.236	18.383	20.321	62.901	36.281	161.712	149.150

(*) O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia observando as disposições do Ofício Circular CVM n.º 01/2007, quando aplicável. O EBITDA é calculado a partir do lucro operacional antes do resultado financeiro, dos efeitos da depreciação de bens de uso e equipamentos de locação e da amortização do intangível. O EBITDA não é medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou no, IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. O EBITDA não deve ser considerado isoladamente ou como substituto do lucro líquido ou do lucro operacional, como indicadores de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida. Informação não sujeita a revisão dos auditores independentes.

Demonstração do resultado por segmento de negócio – Trimestr

	Construção		Jahu		Serviços Industriais		Rental		Total	
	30 de setembro de 2011	30 de setembro de 2010	30 de setembro de 2011	30 de setembro de 2010	30 de setembro de 2011	30 de setembro de 2010	30 de setembro de 2011	30 de setembro de 2010	30 de setembro de 2011	30 de setembro de 2010
Receita líquida	33.191	42.714	39.366	27.878	56.875	52.455	45.627	25.834	175.059	148.881
(-) Custos e despesas	(24.554)	(20.413)	(22.919)	(15.939)	(52.764)	(45.416)	(23.914)	(11.207)	(124.151)	(92.975)
(-) Depreciação/amortização	(5.180)	(4.492)	(4.742)	(1.937)	(2.706)	(2.062)	(7.555)	(4.478)	(20.183)	(12.969)
Lucro operacional	3.457	17.809	11.705	10.002	1.405	4.977	14.158	10.149	30.725	42.937
Receita financeira	1.256	2.486	1.059	1.490	787	1.176	1.517	1.939	4.619	7.090
Despesa financeira	(4.637)	(2.474)	(3.802)	(1.509)	(2.813)	(1.123)	(5.332)	(2.074)	(16.584)	(7.180)
Lucro antes do IRPJ/CSL	76	17.821	8.962	9.983	(621)	5.030	10.343	10.015	18.760	42.847
(-) IRPJ/CSL	1.714	(5.984)	(2.505)	(3.353)	373	(1.688)	(465)	(3.367)	(883)	(14.392)
Lucro líquido	1.790	11.837	6.457	6.630	(248)	3.342	9.878	6.649	17.877	28.455
EBITDA (*)	8.637	22.301	16.447	11.939	4.111	7.039	21.703	14.625	50.897	55.904

Ativo por segmento de negócio

	Construção		Jahu		Serviços Industriais		Rental		Outros		Total	
	30 de setembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	30 de setembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	30 de setembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	30 de setembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	30 de setembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	30 de setembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Imobilizado	182.043	166.106	237.580	125.396	78.332	70.555	290.645	189.117	-	-	788.600	551.174
Outros ativos	<u>66.597</u>	<u>108.799</u>	<u>96.986</u>	<u>107.249</u>	<u>107.304</u>	<u>79.247</u>	<u>76.065</u>	<u>77.624</u>	<u>92.564</u>	-	<u>439.516</u>	<u>372.919</u>
Ativo total	<u>248.640</u>	<u>274.905</u>	<u>334.566</u>	<u>232.645</u>	<u>185.636</u>	<u>149.802</u>	<u>366.710</u>	<u>266.741</u>	<u>92.564</u>	-	<u>1.228.116</u>	<u>924.093</u>

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	Valor contábil	
	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	72.241	6.192
Contas a receber de clientes	129.722	125.917
Depósitos Judiciais	7.802	7.328
Disponível para venda		
Títulos e valores mobiliários	-	136.146
Outros passivos financeiros		
Empréstimos a taxas pós - fixadas	60.229	59.679
Arrendamento financeiro	57.936	72.944
Debêntures	284.112	-
Contas a pagar a fornecedores	12.138	32.743
Passivos financeiros ao valor justo e derivativos		
Derivativos	(3.072)	7.003
Planos de opções de ações	9.101	6.898

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

(a.1) Valor justo dos títulos e valores mobiliários

Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda são representados por aplicações financeiras junto a instituições financeiras de primeira linha e são indexados à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI. Considerando que a taxa de CDI já reflete a posição do mercado interbancário, pressupõe-se que o valor das aplicações esteja próximo de seus valores justos.

(a.2) Valor justo do contas a receber e dos fornecedores

O valor justo dos valores a receber de clientes e dos valores a pagar para fornecedores, considerando como critério de cálculo a metodologia do fluxo de caixa descontado, são substancialmente similares aos respectivos valores contábeis.

(a.3) Valor justo dos empréstimos e financiamentos

A administração da companhia julga que os empréstimos e financiamentos que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil são substancialmente similares ao valor de mercado.

Empréstimos e financiamentos

	Indicador	Valor justo		Valor contábil	
		30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Dívida					
BNDES	TJLP	23.085	17.408	22.381	17.771
Capital de giro	CDI	38.282	41.594	37.848	41.908
Leasing	CDI	57.818	72.517	57.936	72.944
Debêntures	CDI	299.678	-	284.112	-

(b) Instrumentos financeiros Derivativos - hedge

(b.1) Política de Contratação de Derivativos

Com o objetivo de proteger o patrimônio à exposição de compromissos assumidos em moeda estrangeira, a companhia desenvolveu sua estratégia para mitigar tal risco de mercado. A estratégia, quando aplicada, é realizada para reduzir a volatilidade do fluxo de caixa desejável, ou seja, a manutenção do desembolso do recurso planejado.

A Mills acredita que o gerenciamento de tais riscos é primordial para apoiar sua estratégia de crescimento sem que possíveis perdas financeiras reduzam o seu resultado operacional, visto que, a companhia não almeja obter ganhos financeiros através do uso de derivativos. A gestão dos riscos em moeda estrangeira é feita pela Gerência e Diretoria Financeiras, que avaliam as possíveis exposições a riscos e estabelecem diretrizes para medir, monitorar e gerenciar o risco relacionado às atividades da Companhia.

Com base neste objetivo, a Companhia contrata operações de derivativos, normalmente swaps e NDF (Non Deliverable Forwards), com instituições financeiras de primeira linha (rating de risco de crédito brAAA - escala nacional, Standard & Poor's ou similar), para garantir o valor comercial acordado no momento do pedido do bem a ser importado. Da mesma forma, contratos de swaps ou NDFs, devem ser contratados, para garantir o fluxo de pagamentos (amortização de principal e juros) de financiamentos em moeda estrangeira. Conforme o estatuto da companhia, qualquer contrato ou assunção de obrigação cujo montante exceda R\$10.000 (dez milhões de reais) deve ser aprovado pelo conselho de Administração, salvo se previsto no Plano de Negócios. Para valores inferiores a R\$100 (cem mil reais), com prazo inferior a 90 dias, não se faz necessário a contratação de operações de *hedge*. Os demais compromissos devem ser protegidos contra a exposição cambial.

As operações de swaps e NDFs são realizadas para converter para reais os compromissos financeiros futuros em moeda estrangeira. No momento da contratação dessas operações a companhia minimiza o risco cambial igualando tanto o valor do compromisso quanto o período de exposição. O custo da contratação do derivativo está atrelado à taxa de juros, normalmente ao percentual do CDI (certificado de depósito interbancário). Os swaps e NDFs com vencimento inferior ou posterior ao vencimento final dos compromissos podem, ao longo do tempo, serem renegociados de forma que seus vencimentos finais se igualem - ou se aproximem - do vencimento final do compromisso. Sendo assim, na data de liquidação, o resultado do swap e do NDF poderão compensar parte do impacto da variação cambial da moeda estrangeira frente ao real, contribuindo para estabilizar o fluxo de caixa.

Por se tratarem de derivativos, o cálculo da posição mensal é feito conforme a metodologia do valor justo, e são avaliados calculando o seu valor presente por meio da utilização de taxas de mercado que são impactadas nas datas de cada apuração. Essa metodologia, amplamente empregada, pode apresentar distorções mensais em relação à curva do derivativo contratado, entretanto, a companhia acredita que essa metodologia é a melhor a ser aplicada, pois mensura o risco financeiro caso seja necessário a liquidação antecipada do derivativo.

O monitoramento dos compromissos assumidos e a avaliação mensal do valor justo dos derivativos permitem acompanhar os resultados financeiros e o impacto no fluxo de caixa, bem como, garantir que os objetivos inicialmente planejados sejam atingidos. O cálculo do valor justo das posições é disponibilizado mensalmente para o acompanhamento gerencial.

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações de importações de equipamentos, no intervalo entre a colocação dos pedidos e a correspondente nacionalização, contra riscos de flutuação na taxa de câmbio, os quais não são utilizados para fins especulativos.

(b.2) Os derivativos podem ser resumidos conforme tabela a seguir:

	Valor de referência (nocional) 30 de setembro de 2011	Valor justo 30 de setembro de 2011	Valores a receber/a pagar 30 de setembro de 2011
Tipo			
Compra a termo de Dolar (NDF) Santander	71.150	4.818	4.818
Compra a termo de Euro (NDF) Santander	<u>1.864</u>	<u>181</u>	<u>181</u>
	<u>73.014</u>	<u>4.999</u>	<u>4.999</u>
	Valor de referência (nocional)	Valor justo	Valores a receber/a pagar
Tipo	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2010
Compra a termo de Dolar (NDF) Bradesco	909	(16)	(16)
Santander	133.145	(6.974)	(6.974)
Itaú	<u>658</u>	(13)	(13)
	<u>134.712</u>	(7.003)	(7.003)
Compra a termo de Euro (NDF) Santander	<u>238</u>	-	-

(b.3) Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos

São avaliados pelo valor presente, à taxa de mercado, na data-base do fluxo futuro apurado pela aplicação das taxas contratuais até o vencimento. Para os contratos com limitador ou duplo indexador foram considerados, adicionalmente, a opção embutida no contrato de swap.

(c) Análise de sensibilidade

Abaixo, segue o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela Comissão de Valores Mobiliários, por meio da Instrução nº 475/2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III):

Risco	Instrumento/operação	Descrição	Cenário I (provável)	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Taxa de juros	Dívida				
	BNDES - TJLP	Acréscimo no indicador	22.381	22.389	22.396
	Leasing - CDI	Acréscimo no indicador	57.936	59.939	61.952
	Capital de giro - CDI	Acréscimo no indicador	37.848	38.083	38.313
	Debêntures	Acréscimo no indicador	286.273	312.356	338.260
Total			404.438	432.767	460.921
		Variação		7%	14%
	Efeito acumulado no resultado		-	28.329	56.483
Risco	Instrumento/operação	Descrição			
Taxa de câmbio (USD)	Compromissos comerciais*	Acréscimo na taxa de câmbio	(73.796)	(92.246)	(110.695)
	NDF	Acréscimo na taxa de câmbio	2.646	21.096	39.545
Total			(71.150)	(71.150)	(71.150)
		Variação		0%	0%
	Efeito acumulado no patrimônio líquido		-	-	-
Risco	Instrumento/operação	Descrição			
Taxa de câmbio (EURO)	Compromissos comerciais*	Acréscimo na taxa de câmbio	(2.011)	(2.514)	(3.016)
	NDF	Acréscimo na taxa de câmbio	147	650	1.152
Total			(1.864)	(1.864)	(1.864)
		Variação		0%	0%
	Efeito acumulado no patrimônio líquido			-	-

* Os contratos de swaps são firmados para troca de 100% do risco da moeda estrangeira (USD) para moeda nacional (R\$).

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constantes as demais variáveis, associadas a outros riscos.

	Cenário I manutenção da taxa	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Referência			
CDI (%) (i)	12,00%	15,31%	18,38%
TJLP (%) (ii)	6,00%	7,50%	9,00%
US\$ (%) (iii)	1,85	1,95	2,34
Euro (%) (iv)	2,49	2,83	3,40

- (i) Como relação ao risco de juros, a administração da Companhia considerou como premissa provável (cenário I) para seus instrumentos financeiros a manutenção da taxa Selic, conseqüentemente da taxa CDI, uma vez que existe uma relação direta entre as taxas, e um aumento da taxa como premissa para os outros dois cenários.
- (ii) Para os passivos financeiros relacionados com empréstimos e financiamentos - BNDES, a administração da Companhia considerou como premissa provável (cenário I) seria a manutenção da taxa da TJLP para os próximos três meses, uma vez que não existe evidência de alteração da taxa no curto prazo, e aumento da taxa como premissa para os outros dois cenários.
- (iii) e (iv) A administração da Companhia considerou como premissa provável (cenário I) a manutenção da taxa de câmbio para os próximos três meses e um aumento da taxa como premissa para os outros dois cenários.
- (d) Metodologia de cálculo da efetividade dos hedges

As operações de *hedge (swap)* da Companhia são realizadas com o intuito de buscar proteção contra as oscilações da moeda estrangeira de suas importações de máquinas e equipamentos. Tais operações são classificadas como *hedge accounting*.

A companhia comprova a efetividade desses instrumentos com base na metodologia "*Dollar offset*", que é comumente utilizada por participantes do mercado de derivativos. Tal metodologia consiste em comparar o valor presente, líquido de exposições futuras em moeda estrangeira, de compromissos assumidos pela Companhia, com derivativos contratados para tal proteção cambial.

- (e) Ganhos e perdas no período

Haja vista o fato de que a Companhia comprova a efetividade das operações de *hedge accounting (swap)* realizadas, as perdas e os ganhos verificadas nessas operações de derivativos são reconhecidas em contrapartida dos bens *hedgeados* (ativo imobilizado) como parte do custo inicial do bem no mesmo momento da contabilização do ativo. A provisão para as perdas não realizadas é reconhecida na conta de outros passivos, no balanço patrimonial, em contrapartida da de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido.

- (f) Derivativos embutidos

Todos os contratos com possíveis cláusulas de instrumentos derivativos ou títulos e valores mobiliários a serem realizados são avaliados pela Gerência Financeira em conjunto com a equipe jurídica, antes das assinaturas, para que haja orientação a respeito da realização eventual dos testes de efetividade, estabelecimento da política contábil a ser adotada e da metodologia para cálculo do valor justo.

A Companhia atualmente não detém contratos com derivativos embutidos em aberto.

(g) Valor e tipo de margens dadas em garantia

As operações existentes de derivativos de moeda estrangeira não exigem depósito de margem de garantia.

24. SEGUROS

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, a Companhia contratou seguro contra riscos de responsabilidade civil, cuja cobertura, em 30 de setembro de 2011, montava a R\$24.000 (31 de dezembro de 2010 R\$24.000).

25. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante o período findo em 30 de setembro de 2011, a Companhia declarou Juros sobre Capital Próprio no montante de R\$ 18.879 líquido de Imposto de Renda.

Adicionalmente, após aquisição da controlada GPSul, a mesma foi incorporada sendo o valor do investimento alocado conforme divulgado na nota 1(R\$2.755 mais valia do imobilizado e R\$1.977 Goodwill). Estes montantes não envolveram caixa.

A Companhia liquidou no período, imobilizado adquirido a prazo no exercício anterior no montante de R\$15.720.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

(a) Aumento de capital social

Em 24 de outubro de 2011 aprovou-se em Reunião do Conselho de Administração a emissão de 65.642 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, ao preço de emissão de R\$12,04 por ação, totalizando o montante de R\$790, em razão do exercício por beneficiários de opções de compra de ações outorgadas conforme o Programa de Outorga de Opções 2010.

O capital social da Companhia será aumentado em R\$790, passando dos atuais R\$526.797, dividido em 125.591 mil ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, para R\$527.587, dividido em 125.657 mil ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.